

Aviso n.º 23988/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Rosalina Sanches, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdeana, nascida a 13/10/1951, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

13 de Novembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.****Aviso (extracto) n.º 23989/2007**

Nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 69.º, n.º 1 e 59.º, n.º 2 do Estatuto Disciplinar, é notificado Ruben Miguel Fonseca Ferreira, escriturário do 1.º Cartório Notarial de Competência Especializada de Lisboa, no gozo de licença sem vencimento, que por despacho de 25.09.2007, do Secretário de Estado da Justiça, proferido no processo disciplinar n.º 40 NOT 2006 SAID, lhe foi aplicada a pena de demissão.

12 de Novembro de 2007. — O Vice-Presidente, *José Ascenso Nunes Maia*.

Despacho (extracto) n.º 27491/2007

Por despacho do Presidente, de 6 de Novembro de 2007, foram sancionadas as promoções à categoria superior, com efeitos a partir das datas indicadas, dos seguintes escriturários:

Hermínia Maria Bastos Magalhães — Conservatória do Registo de Automóveis do Porto — 10.07.2007 (escala 1, índice 190);

Olinda Maria Barbosa Vieira — 2ª Conservatória dos Registos Predial de Braga — 11.07.2007 (escala 1, índice 190);

Laurinda Jesus Carvalho — Conservatória do Registo Civil de Amara — 11.07.2007 (escala 1, índice 190);

José Paulo Colaço Pereira — Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa — 13.07.2007 (escala 1, índice 190);

Célia Maria Fernandes Melchior Roque — Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa — 30.08.2007 (escala 1, índice 190);

Noémia Maria Sebastião Mesquita Sampaio — Conservatória do Registo Comercial de Cascais — 30.08.2007 (escala 1, índice 190);

Sofia Eugénia Manuelito Matos — Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa — 30.08.2007 (escala 1, índice 190);

Maria Lurdes Oliveira Ferreira Figueira — Conservatória do Registo Comercial de Lisboa — 03.09.2007 (escala 1, índice 190);

Maria Clara Pinhão Espada Campos — Conservatória do Registo Comercial de Cascais — 05.09.2007 (escala 1, índice 190);

Dulce Helena Andrade Marques Ferreira — Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa — 05.09.2007 (escala 1, índice 190);

Maria Cristina Ramos Martins Cunha — 1ª Conservatória do Registo Predial de Loures — 10.09.2007 (escala 1, índice 190);

Joaquim António Silva Pinheiro — Conservatória do Registo Predial e Comercial de Tondela — 28.09.2007 (escala 1, índice 190).

12 de Novembro de 2007 — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

**MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DO AMBIENTE,
DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Despacho n.º 27492/2007

Considerando que, pelo Despacho conjunto n.º 315/2003, de 7 de Março, dos Secretários de Estado da Justiça e da Habitação, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 83, de 8 de Abril de 2003, foi determinado que enquanto o lugar de notário afecto ao Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE)

não se encontrasse provido, os livros, documentos e demais expediente respeitantes aos actos praticados pelo notário afecto ao IGAPHE ficassem à guarda e responsabilidade do 1.º Cartório Notarial de Competência Especializada de Lisboa, disponibilizando o Instituto instalações e meios adequados para a guarda, conservação, limpeza e acesso aos documentos; Considerando que o Decreto-Lei n.º 223/2007, de 30 de Maio, procedeu à extinção do IGAPHE e sua fusão com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP (IHRU), sucedendo este em todos os direitos, obrigações e património daquele; Considerando que a Lei Orgânica do IHRU, aprovada pelo citado Decreto-Lei n.º 223/2007, de 30 de Maio, não prevê a figura do notário privativo; Considerando que importa, pois, definir o destino definitivo dos livros e documentos do notário, bem como designar a entidade a quem passará a competir a prática de todos os actos notariais àqueles respeitantes;

Assim, no exercício das competências delegadas pelos Ministros da Justiça e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, por via, respectivamente, do Despacho n.º 11 999/2007, de 3 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 115, de 18 de Junho de 2007 e do Despacho n.º 16 162/2005, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005,

Determina-se o seguinte:

1 Os livros, documentos e demais expediente relativos a actos celebrados pelo notário afecto ao IGAPHE, actualmente arquivados em instalações do IHRU, ficam à guarda e responsabilidade do 1.º Cartório Notarial de Competência Especializada de Lisboa.

2 O 1.º Cartório Notarial de Competência Especializada de Lisboa é o cartório competente para a prática de todos os actos notariais àqueles respeitantes, devendo ainda proceder à sua conservação e arquivamento em instalações próprias e adequadas.

3 As operações necessárias à transferência física do acervo documental são da responsabilidade do Instituto dos Registos e do Notariado, IP (IRN) e do IHRU, sendo todas as despesas suportadas por ambos os institutos, em partes iguais.

4 É revogado o Despacho conjunto n.º 315/2003, de 7 de Março, dos Secretários de Estado da Justiça e da Habitação, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 83, de 8 de Abril de 2003.

5 de Novembro de 2007. — O Secretário de Estado da Justiça, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Gabinete do Ministro**Despacho n.º 27493/2007**

Nos termos conjugados do artigo 18.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, é nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo a licenciada em sociologia Paula Cristina da Luz Martins da Cunha.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional e formação da nomeada e na reconhecida aptidão da mesma para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, o respectivo currículo, que se publica em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 29 de Outubro de 2007.

2 de Novembro de 2007. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Currículo (resumido)

Dados pessoais — Paula Cristina da Luz Martins da Cunha, nascida a 14 de Fevereiro de 1965, em Luanda.

Formação académica e profissional:

Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Curso pós-licenciatura “Técnicos de Desenvolvimento Organizacional”, AIP